

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza
Cleide Ester de Oliveira
Paulo Alves de Oliveira
(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

BULLYING: CAMINHOS PARA O COMBATE

Veralúcia Guimarães de Souza

Cleide Ester de Oliveira

Paulo Alves de Oliveira

(Organizadores)



Realização



Apoio



Atena
Editora
Ano 2020

FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B936	<p>Bullying [recurso eletrônico] : caminhos para o combate / Organizadores Veralúcia Guimarães de Souza, Cleide Ester de Oliveira, Paulo Alves de Oliveira; revisoras Priscila Veloso Ramos, Carolina Guimarães Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-059-9 DOI 10.22533/at.ed.599202605</p> <p>1. Assédio nas escolas. 2. Educação de crianças. 3. Violência na escola. I. Souza, Veralúcia Guimarães de. II. Oliveira, Cleide Ester de. III. Oliveira, Paulo Alves de. IV. Ramos, Priscila Veloso. V. Santos, Carolina Guimarães</p> <p style="text-align: right;">CDD 371.58</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

REALIZAÇÃO



APOIO



FAPEMAT
FUNDAÇÃO DE AMPARO
À PESQUISA DO ESTADO
DE MATO GROSSO



GOVERNO DE
**MATO
GROSSO**

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é uma coletânea de artigos que foram elaborados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC-IFMT) sobre a temática *Bullying* e Violação de Direitos Humanos que tem sido objeto da pesquisa do grupo desde 2016.

O projeto foi aprovado no Edital 29/2018 da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propes), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, com o título "Bullying: caminhos para o combate", do qual foi oriundo os recursos para realização do presente e-book.

Os diversos autores tratam a temática na vertente multidisciplinar, através de um viés de proposta interdisciplinar. A amplitude das temáticas que abrangem a Educação em Direitos Humanos permitem transitar transversalmente em todas as disciplinas, sustentada pela concepção de que a inserção da formação do cidadão em Direitos Humanos pode contribuir para um convívio social menos violento.

Frente a esse desafio que essa coletânea pretende abarcar, apresentamos alguns elementos práticos que podem ser úteis a você que é educador, pai, ou estudante e/ou pessoa que sofre *bullying* ou percebe em seu meio alguém que sofre com este tipo de agressão.

Esta problemática é abordada dentro da temática da violação dos Direitos Humanos, que tem sido muito disseminada e amplamente debatida dentro dos contextos escolares. É inegável que há interesses institucionais em pesquisas, desde instituições públicas, privadas, com objeto nas diversas formas de violência e na violação dos Direitos Humanos de adolescentes, no cotidiano escolar, tendo, como ponto central, as múltiplas formas de violência: física, psicológica e simbólica, as quais estão presentes no contexto escolar e se materializam por meio do fenômeno *bullying*.

Nesta apresentação, queremos trazer alguns conceitos sobre a temática e consideramos importante salientar que, conforme as conceituações, nem toda violência é considerada *bullying*, porém todo *bullying* é uma forma de violência. Apesar de ambos serem um ato de brutalidade, incivilidade e causar dor e sofrimento à vítima, o *bullying* se diferencia por suas características peculiares, por sua repetição, intencionalidade, por não ter motivação aparente e por haver desequilíbrio de poder, pois normalmente a vítima não tem condições para se defender.

As violências são de diferentes formas e com vertentes específicas, que tratamos, como no caso do *bullying*, por ser física, psicológica ou simbólica, porém em apenas alguns casos estão embutindo situações de *bullying* por ter característica sistemática e intencional, as que ocorrem por situações específicas tratamos como

violências.

Podemos entender que a ocorrência do *bullying* se dá de forma direta e indireta; a primeira é quando há imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais; e a indireta consiste em atitudes de indiferença, isolamento e fofocas.

Neste contexto, apontamos que os diálogos sobre a temática Direitos Humanos e *bullying* podem promover a formação de estudantes que não naturalizam ou banalizam atos de violência e desrespeito. Frente a esse desafio que se propõe trazer diálogos e reflexões acerca desta problemática e buscar propostas de enfrentamento.

Para saber um pouco mais sobre o *bullying* e diferenciá-lo de outras formas de violência, você pode se respaldar em documentos e estudos mais aprofundados sobre a legislação: Leis Federais que são referências sobre o assunto, como a Lei Federal nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, que estabelece o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) em todo o Brasil. Lei Federal nº 13.277, de 29 de abril de 2016, que institui o dia 7 de abril como o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola e a Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018, inclui a responsabilidade da escola para promoção de medidas de combate a intimidação sistemática.

Caso você seja um estudante e esteja passando por uma situação de violência, seja ela pela imposição de apelidos, assédios, agressões físicas, ameaças, roubos e ofensas verbais, está sendo vítima de atitudes de indiferença, isolamento e fofocas procure ajuda, não se sinta intimidado. Fale com seus pais, professores, técnicos e diretores da sua escola. Certamente eles vão ajudar a você. E, se você presenciar algum ato violento, ajude a vítima a sair desta situação, não seja um espectador passivo.

Aos pais que perceberam que seus filhos estão sendo vítimas de *bullying*, não hesitem em procurar a escola e junto com a equipe pedagógica e profissionais capacitados encontrar meios de lidar com o problema.

Ao professor(a) e/ou profissional da educação que tiver conhecimento de casos de *bullying*, ou qualquer outro tipo de violência, entre em contato imediatamente com equipe pedagógica e/ou com os profissionais capacitados da equipe multiprofissional da escola. A sua percepção dessas situações é de extrema importância para que se possa tratar de forma adequada esses infortúnios que comprometem o processo de ensino aprendizagem e a qualidade de vida dos estudantes. A comunidade escolar pode se envolver na solução do problema, acompanhando agressor, vítima, demais colegas; aplicando medidas disciplinares, quando for o caso previsto em regimento escolar, ou direcionando a órgãos externos da rede de apoio à criança e ao adolescente, tais como Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) - que pode dar encaminhamento a um atendimento psicológico,

quando for necessário.

Um aspecto importante, e inclusive previsto na legislação, é a realização de atividades de prevenção na escola, tais como palestras, eventos, e atividades que favoreçam o protagonismo infantil e juvenil em atividades propostas pelos mesmos que gerem a empatia e a cultura de paz.

Neste e-book relataremos um pouco dos resultados de pesquisa e experiência realizadas, para demais interlocuções, conte conosco.

Agrademos à estudante do ensino médio Millena do Prado Vitoriano de Deus por gentilmente ter cedido a ilustração para capa do presente ebook, ilustração elaborada para a divulgação do VCURTABLV - Festival de Vídeo Curta-Metragem do IFMT campus Cuiabá Bela Vista, cujo tema foi Bullying: caminhos para o combate.

Atenciosamente,
Contato: gphsc.ifmt@gmail.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR Antonia Picornell-Lucas	
CAPÍTULO 1	1
PESQUISA HISTORIOGRÁFICA SOBRE O GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA DO IFMT Anna Beatriz Rodrigues de Amorim Carolina de Vasconcelos Lopes Borba Felicíssimo Bolívar da Fonseca DOI 10.22533/at.ed.5992026051	
CAPÍTULO 2	8
APLICABILIDADE DE FERRAMENTAS DA QUALIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Raquel Martins Fernandes Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026052	
CAPÍTULO 3	17
AMBIENTE ESCOLAR REGULAR E A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO DOCUMENTAL Amanda Silva de Lima Gabriel Belo Lyra e Lima DOI 10.22533/at.ed.5992026053	
CAPÍTULO 4	29
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: CONVIVÊNCIA GLOBAL E VIOLÊNCIA ESCOLAR Raquel Martins Fernandes Felicíssimo Bolívar da Fonseca Cleide Ester de Oliveira Yuri Ogaya de Assumpção DOI 10.22533/at.ed.5992026054	
CAPÍTULO 5	39
VIOLÊNCIA ESCOLAR, BULLYING E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA Vanessa Costa Gonçalves Silva DOI 10.22533/at.ed.5992026055	
CAPÍTULO 6	54
PRESENÇA FEMININA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Degmar Francisco dos Anjos Niedja de Freitas Pereira DOI 10.22533/at.ed.5992026056	

CAPÍTULO 7	63
COTIDIANO ESCOLAR DO IFMT: ANÁLISE DO DISCURSO DE PROPOSITURAS DE COMBATE AO BULLYING	
Vanessa Costa Gonçalves Silva Jair Aniceto de Souza Cleide Ester de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5992026057	
CAPÍTULO 8	74
INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR DOS POVOS CHIQUITANOS: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5992026058	
CAPÍTULO 9	84
<i>BULLYING</i> , IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Jair Aniceto de Souza Vanessa Costa Gonçalves Silva Degmar Francisco dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.5992026059	
CAPÍTULO 10	96
<i>BULLYING</i> ESCOLAR E SUA PERCEPÇÃO PELOS ESTUDANTES: UM ESTUDO EM ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO MATO-GROSSENSES	
Quintiliano Siqueira Schroden Nomelini Natália Sathler de Souza Cunha Rodrigo Ribeiro de Oliveira Carla Cristina Rodrigues Santos	
DOI 10.22533/at.ed.59920260510	
CAPÍTULO 11	111
BULLYING E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DE MATO GROSSO: OS (DES)CAMINHOS DA EDUCAÇÃO	
Isabel Cristina Silva Carolina Guimarães Santos Carlos Rabelo Machado Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260511	
CAPÍTULO 12	123
PANORAMA GERAL DA PESQUISA “VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E <i>BULLYING</i> NO CONTEXTO ESCOLAR” DO GRUPO DE PESQUISA EM HUMANIDADES E SOCIEDADE CONTEMPORANEA DO IFMT	
Gilson Pequeno da Silva Isabel Cristina Silva Raquel Martins Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.59920260512	
CAPÍTULO 13	133
ESTUDO SOBRE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E BULLYING NO IFMT	
Isabel Cristina Silva Carolina Guimarães Santos Jair Aniceto de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.59920260513	

CAPÍTULO 14 145

CURTABLV: ENSINO, EXTENSÃO E REDES SOCIAIS

Paulo Alves de Oliveira
Veralúcia Guimarães de Souza
Alexandre Magalhães Arruda
Marco Aurélio Bulhões Neiva
Yuri Ogaya de Assumpção

DOI 10.22533/at.ed.59920260514

PREFACIADOR 156

SOBRE OS AUTORES 157

DESAFIO CONSTANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Antonia Picornell-Lucas

La Convención de los Derechos del Niño (1989) permitió que en el mundo entero aumentara el respeto por los derechos de los niños, niñas y adolescentes; que se transformaran los valores morales y las prácticas con la infancia y adolescencia. Sus principios rectores: no discriminación, interés superior del niño, derecho a la vida y desarrollo y derecho a la participación fueron asumidas como obligaciones por los Estados.

Entre todos los derechos que señala la Convención se encuentra el derecho a la educación en igualdad de oportunidades, cuyo fin es “preparar al niño para asumir una vida responsable en una sociedad libre, con espíritu de comprensión, paz, tolerancia, igualdad de los sexos y amistad entre todos los pueblos” (art. 29d). Sin embargo, el derecho a la educación no puede entenderse solo como escolarización en el sistema educativo formal sino que también hace referencia a cualquier actividad fuera del aula que ayude a los niños y niñas a desarrollar sus aptitudes y capacidades lo máximo posible.

Ahora bien, escuela y niños, niñas y adolescentes es inseparable. La escuela ocupa un lugar principal en las vidas de los

niños y niñas porque las interacciones que allí se producen les van a permitir delinear sus trayectorias vitales. Aunque, también en ese entorno están expuestos a riesgos como la desigualdad de oportunidades o la violencia entre iguales. Precisamente, la presente obra, que me complace introducir, se detiene en el contexto escolar para dar a conocer un problema mundialmente reconocido: la violencia entre pares (*bullying*) que, según UNICEF (2017), están sufriendo uno de cada tres niños-as en el mundo.

Si bien el acoso escolar no es un fenómeno nuevo en las aulas (Calmaestra y otros, 2016), sus consecuencias físicas y psicológicas pueden llevar incluso al suicidio (Hinduja y Patchin, 2010; Mora-Merchán, 2006). La magnitud del grave daño que puede ocasionar este tipo de maltrato provoca una gran preocupación social, como en el caso del Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT de Mato Grosso.

Una violencia que, cada vez con mayor frecuencia, tiene su continuo fuera de las aulas, con el uso de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación (TICs). El *grooming*, *flaming*, *sexting*, *online harrassment*, *identity theft*, *griefing* y *outing*, entre otros, son considerados tipos de acoso

virtual (*cyberbullying*) en función de la acción (Willard, 2007); y con mayores niveles de síntomas depresivos que la victimización tradicional (Perren *et al*, 2010). Todas estas conductas violentas, intimidatorias y estigmatizantes, son un atentado a la dignidad de los niños y niñas que las sufren; pero, al mismo tiempo, erosionan la convivencia escolar, fragmentando el proceso de formación de los niños y niñas en valores democráticos y ciudadanía, base de toda educación.

La preocupación internacional por reducir cualquier tipo de violencia, en especial aquella ejercida contra los niños y niñas, y su interés por promover sociedades pacíficas queda patente en la Agenda 2030. “Eliminar todas las formas de violencia contra todas las mujeres y las niñas en los ámbitos público y privado” (ODS 5.2) y “Poner fin al maltrato, la explotación, la trata y todas las formas de violencia y tortura contra los niños” (ODS 16.2) son metas sobre las que Naciones Unidas pone un especial énfasis. También la Unión Europea demuestra su preocupación por promocionar la equidad, la cohesión social y la ciudadanía activa, poniendo en marcha un marco estratégico de cooperación europea en educación (“ET2020”). Desde su posicionamiento ante la violencia, recomienda a los Estados que impulsen planes estratégicos de inclusión educativa y formación permanente de todos los actores educativos, manteniendo una estrecha colaboración con la sociedad civil. Sin duda, esta postura está permitiendo que las políticas educativas gubernamentales pongan en marcha protocolos, observatorios de convivencia, planes de promoción de la convivencia en los centros escolares y otras estructuras de actuación para promover un clima escolar de respeto.

Pero mejorar el clima escolar y erradicar cualquier situación de vulnerabilidad infantil, incluido el acoso, supone una gran dificultad para las políticas educativas. Las razones son variadas. Si bien existen razones originarias del propio entorno escolar que pueden explicar el *bullying*, también, como causa externa, la desigualdad social es un referente para este fenómeno. La falta de oportunidades laborales, económicas, culturales, etc. de algunas familias emerge como un riesgo para el incremento del rechazo y el acoso escolar (Picornell-Lucas, Montes y Herrero, 2018). Esta situación se ve legitimada por las creencias y actitudes culturales tradicionales, como por ejemplo el empleo del castigo corporal en la crianza de los hijos e hijas o aquellas otras influidas por la discriminación de género.

En consecuencia, son varias las dimensiones, interrelacionadas, para mejorar la convivencia escolar y erradicar el acoso escolar; que no se traducen solo en generar medidas en el interior de los centros educativos sino también, y sobre todo, abordarlo desde políticas públicas de bienestar social, sin olvidar la participación de los niños y niñas. No podemos ocultar que estas acciones violentas atentan contra el derecho a la educación, que incluye ofrecer a los niños y niñas todas las oportunidades para que construyan su propia identidad social, como ciudadanos, en el entorno que les

toca vivir. Pero a la vez transgreden el resto de sus derechos, con multiplicidad de consecuencias para su presente y futuro, especialmente la relacionada con la construcción de su identidad y la transformación de la sociedad, con un aumento de la intolerancia e insolidaridad y un mayor uso de la violencia para resolver los conflictos (Navarro-Pérez y Pastor, 2017), vislumbrándose una expansión de la incompreensión.

Son muchas las dificultades y retos, y así lo manifiestan las autoras y autores de esta obra, cuya preocupación y compromiso por la convivencia, la cohesión social y una educación desde la perspectiva de la garantía de los derechos les ha llevado a reflexionar sobre el acoso escolar en Brasil, proponiendo medidas inclusivas de prevención e intervención para enfrentarse a esta realidad.

REFERENCIAS

Calmaestra, J., Escorial, A., García, P., Del Moral, C., Perazzo, C. y Ubrich, T. (2016). *Yo a eso no juego: Bullying y ciberbullying en la infancia*. Madrid: Save the Children España.

Hinduja, S. y Patchin, J.W. (2010). Bullying, cyberbullying and suicide. *Archives of Suicide Research*, 14(3), 206–221. <https://doi.org/10.1080/13811118.2010.494133>

Mora-Merchán, J. A. (2006). Coping Strategies: Mediators of Long-Term Effects in Victims of Bullying? *Anuario de Psicología Clínica y de la Salud/Annuary of Clinical and Health Psychology*, 2, 15-25.

Navarro-Pérez, J. J. y Pastor Seller, E. (2017). Factores dinámicos en el comportamiento de delincuentes juveniles con perfil de ajuste social. Un estudio de reincidencia. *Psychosocial Intervention*, 26 (1), 19-27. <http://dx.doi.org/10.1016/j.psi.2016.08.001>

Perren, S.; Dooley, J.; Shaw, T. y Cross, D. (2010). Bullying in school and cyberspace: Associations with depressive symptoms in Swiss and Australian adolescents. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 4 (28). <https://doi.org/10.1186/1753-2000-4-28>

Picornell-Lucas, A.; Montes, E. y Herrero, C. (2018). La desigualdad de oportunidades educativas desde la perspectiva de los niños, niñas y adolescentes de Castilla y León. *Prisma Social*, 23, 169-184.

UNICEF (2017). *Una situación habitual. Violencia en las vidas de los niños y los adolescentes*. Nueva York: UNICEF.

Willard, N. (2007). *Cyberbullying and cyberthreats: Responding to the challenge of online social aggression, threats, and distress*. Illinois: Research Press.

BULLYING, IDENTIDADE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Jair Aniceto de Souza
Vanessa Costa Gonçalves Silva
Degmar Francisco dos Anjos

RESUMO: Esse artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre bullying e violação dos direitos humanos no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Avançado Sinop (IFMT Campus Avançado Sinop), constituindo-se como parte específica de um estudo mais amplo sobre o fenômeno do bullying coordenado pela Profa. Dra. Raquel Martins Fernandes, no âmbito do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT (GPHSC-IFMT), com o título “Violação dos Direitos Humanos e Bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento do alunos”. A maior parte dos dados foram coletados através do questionário “Violação dos Direitos Humanos e Bullying”. Responderam ao questionário 117 alunos, do 1º e do 2º ano do Ensino Médio, de idades entre 14 e 17 anos. Também se utilizou da observação direta do comportamento dos alunos em suas interações cotidianas no ambiente escolar como instrumento de coleta de informações. Sobre a questão dos direitos humanos, procuramos focar aspectos de sua violação no âmbito escolar, sob a forma de relações de desrespeito e maus-tratos entre

os alunos, e seus reflexos sobre o processo de construção de identidades e diferenças no contexto escolar. Aborda-se também nesse artigo a responsabilidade do sistema escolar na construção de uma cultura dos direitos humanos, de respeito às diferenças e de reconhecimento da dignidade inerente à particularidade cada ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: bullying, direitos humanos, ensino, identidade.

BULLYING, IDENTITY AND HUMAN RIGHTS IN SCHOOL CONTEXT

ABSTRACT: This article presents the results of research on bullying and violation of human rights in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso Advanced Campus Sinop (IFMT Advanced Campus Sinop), constituting as a specific part of a more detailed study. about the phenomenon of bullying coordinated by Profa. Dr. Raquel Martins Fernandes, within the IFMT Research Group on Humanities and Contemporary Society (GPHSC-IFMT), entitled “Violation of Human Rights and Bullying in the School Context: Diagnosis and Proposed Intervention Based on the Empowerment of students”. Most of the data were collected through the “Human Rights Violation and Bullying” questionnaire. A total of 117 students,

from the 1st and 2nd year of high school, aged between 14 and 17 years answered the questionnaire. It was also used the direct observation of students' behavior in their daily interactions in the school environment as an instrument for collecting information. On the issue of human rights, we seek to focus on aspects of their violation in the school environment, in the form of disrespectful relationships and mistreatment among students, and their reflections on the process of building identities and differences in the school context. This article also addresses the responsibility of the school system in building a culture of human rights, respect for differences and recognition of the dignity inherent in the particularity of each human being.

KEYWORDS: bullying, human rights, teaching, identity.

INTRODUÇÃO

A escola, como instância socializadora de enorme importância no mundo contemporâneo, tem uma parcela significativa de responsabilidade nas imagens que os alunos constroem sobre si mesmos e sobre os outros (OLIVEIRA, 2015). Além disso, como espaço social contraditório e não imune às influências externas, os processos conflitivos que ocorrem em outras instâncias sociais também se fazem presentes em seu interior, fazendo dela um espaço de reprodução de formas de desigualdade e de opressão. As relações cotidianas de desrespeito, maus-tratos, humilhações e desprezo que vem se alastrando no ambiente escolar, em termos de sua compreensão pelos pesquisadores educacionais, condensadas sob o conceito de *bullying*.

Apesar do *bullying* como objeto de atenção dos pesquisadores em educação ser um fenômeno relativamente recente, sua prática ampliada e recorrente no contexto escolar tem provocado sérias preocupações e demandado esforços cada vez mais concentrados em sua erradicação. Definido como um tipo de violência repetitiva e intencional (FANTE, 2005), suas consequências têm sido extremamente negativas no desempenho dos estudantes, além de provocar danos nos processos interativos e de socialização no ambiente escolar. Segundo Zanela e Trevisol (2014), os motivos que acionam a prática do *bullying* não são explícitos ou evidentes, mas podem provocar males irreversíveis nas suas vítimas. Para Fante (*Idem*), a prática recorrente do *bullying* impõe às suas vítimas dor, angústia, sofrimento, exclusão e isolamento, além de prejuízos físicos, morais e materiais.

São múltiplas as abordagens usadas pelos investigadores nos estudos sobre o fenômeno do *bullying*, destacando-se aquelas que o compreendem como prática social assimilada aos processos de naturalização da violência ou como forma de produção social da violência institucionalizada no contexto escolar. Em termos gerais, nesses estudos, a violência tem sido entendida, seja nas interações individuais ou

nas relações entre os grupos e classes sociais, sob dois aspectos fundamentais: primeiramente, como relação de força com capacidade para converter diferenças em relações hierárquicas e em formas de desigualdade, tendo por finalidade o exercício da dominação, da exploração ou da opressão de um grupo sobre outro. Em segundo lugar, como toda e qualquer ação que objetivando retirar do indivíduo sua qualidade de sujeito, desumaniza-o e trata-o como coisa, impondo-lhe o silêncio e a passividade. Também ganham projeção os estudos orientados para a construção de estratégias de intervenção, de prevenção e de combate a essas práticas no cotidiano escolar (CALHAU, 2009; CHALITA, 2008; FANTE, 2004; MOTA, 2016; ZANELLA e TREVISOL, 2014).

Do ponto de vista de sua caracterização, da produção de diagnósticos e de construção de estratégias de intervenção, o fenômeno do *bullying* no contexto escolar vem sendo objeto de estudos do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (GPHSC - IFMT). Trata-se de um grupo de pesquisa cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e que, sob a liderança da Professora Doutora Raquel Martins Fernandes, desenvolve um amplo projeto de investigação, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 60165016.0.0000.5165), sob o título de “Violação dos Direitos Humanos e *Bullying* no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos”. Este artigo é parte das investigações desse grupo de pesquisa, constituindo-se como um estudo específico da prática do *bullying* e tendo como objetivo identificar como são desencadeadas as possíveis ocorrências de violação dos Direitos Humanos e sua relação com os processos de construção de identidades e diferenças que envolvem adolescentes do Ensino Médio no IFMT - *Campus Avançado Sinop*.

Pesquisas sobre o *bullying* no âmbito escolar se tornam cada vez mais importantes na medida em que estas práticas estão cada vez mais presentes nas interações que ocorrem entre alunos, tornando-se um grave problema social que, além de produzir danosas consequências sobre o seu desempenho escolar, também produz efeitos negativos no seu processo de socialização, tendendo para a construção de relações sociais e de formas de convivência baseadas na intolerância e na exclusão do diferente. Ademais, justifica-se também na medida em que qualquer política ou forma de intervenção com o objetivo de combate ao desrespeito e à intolerância no âmbito escolar deve ser orientada pelo conhecimento sistemático sobre suas origens e consequências.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A pesquisa que deu origem a este artigo é de natureza qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2003), entre as características da investigação qualitativa destacam-se a busca pelos significados que os sujeitos pesquisados atribuem às suas próprias ações, o caráter descritivo de apresentação, o uso de métodos de observação participante, a formulação de questões abertas nas entrevistas, entre outras. No caso específico desta pesquisa, embora tenhamos feito uso de algumas relações quantitativas para construir noções gerais sobre os sujeitos pesquisados, nossas principais interpretações foram construídas principalmente a partir das questões abertas do questionário utilizado para coleta de dados e da observação *in loco* do comportamento desses sujeitos.

Numa primeira etapa, o estudo foi dirigido por meio de um questionário com quinze questões, treze fechadas e duas abertas, que norteiam o recolhimento das informações e permitem a caracterização dos sujeitos pesquisados e do contexto social no qual estão inseridos. As dez primeiras questões buscam recolher informações gerais sobre os alunos (idade, sexo, orientação sexual), a escolaridade dos pais e a situação familiar (casa própria, trabalho). A questão seguinte foi subdividida em vinte e quatro itens que tem como objetivo identificar as formas de bullying sofridas ou praticadas pelos alunos. Duas outras questões objetivaram verificar se os alunos sofriam ou praticavam *bullying* sobre os colegas e os motivos relacionados a essa prática. Quanto às questões abertas: a primeira pede que o aluno que já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* faça um relato do ocorrido, enquanto a outra pede por sugestões dos alunos para acabar com o *bullying*.

Cento e quarenta alunos, dos primeiros e segundos anos dos cursos técnicos de Eletromecânica e de Automação Industrial integrados ao ensino médio, compõem o universo pesquisado. Destes, cento e dezessete responderam ao questionário. A maior parte dos dados coletados foi realizada através deste questionário, sendo o recorte aqui apresentado o resultado de sua aplicação específica no Campus Avançado Sinop. Observações de campo permitiram a percepção do comportamento espontâneo dos sujeitos pesquisados nas situações mesmas nas quais constroem suas interações, contribuindo para complementar a coleta das informações e a descrição do contexto pesquisado.

Quanto aos resultados: dos cento e dezessete alunos que responderam ao questionário, trinta e dois (ou seja, 27,35%) afirmaram já ter maltratado algum colega da escola. Entre os motivos apresentados, destacam-se aqueles que agiram “por brincadeira”, por ter sido provocado e por autodefesa (dezenove respostas). Quanto à pergunta “você já sofreu ou viu alguém sofrer *bullying* na escola?”, sessenta e dois dos cento e dezessete alunos pesquisados (ou seja, 53%) responderam de forma

afirmativa. Destes, treze (21%) fizeram relatos nos quais se destacavam motivações por preconceito racial, dez (16%) relataram motivações homofóbicas, dez (16%) afirmaram terem sofrido ou terem visto alguém sofrer *bullying* por estar acima do peso, além de outros seis relatos (9,67%) que apontam para preconceitos relacionados à aparência física, sem identificarem a característica física motivadora da prática do *bullying*. Nesse sentido, os dados da pesquisa revelam que entre os motivos da violência escolar estão os preconceitos relacionados à sexualidade, gênero, raça e aparência física. Agressões físicas e verbais, e certas formas de desrespeito e humilhação, têm apontado para as dificuldades dos alunos na construção do reconhecimento intersubjetivo das diferenças e sua tendência para a reprodução de padrões discriminatórios e opressivos de comportamento em relação aos outros.

Quanto à pergunta “você tem alguma sugestão para acabar com o *bullying*?”, setenta e oito dos cento e dezessete alunos pesquisados (ou seja, 66,66%), apresentaram alguma sugestão. Das formas sugeridas, trinta e oito respostas (48,7%) destacaram palestras, campanhas de educação e de conscientização como as formas mais eficazes no combate ao *bullying*. Nesse sentido, aproximadamente a metade dos alunos que apresentaram sugestões tem a convicção de que a melhor forma de lidar com o desrespeito e a agressão no interior da escola está relacionada ao investimento na formação dos alunos para o respeito às diferenças.

Várias respostas às questões abertas do questionário sugerem esta análise:

Entrevistado 3: *“Acho que temos que ter consciência de que somos pessoas diferentes seja na cor de pele, cabelo, sexualidade e tal, sendo assim temos que respeitar as outras pessoas”.*

Entrevistado 19: *“Palestra com os pais e alunos sobre diversidade cultural, racial e sexual, mostrando a realidade do bullying que não é só piada, temos que fazer uma semana de conscientização”.*

Entrevistado 26: *“Originando novos seres humanos. Palestras e outras coisas de mesmo cunho não iram mudar a mente daqueles que não aceitam serem mudados”.*

Entrevistado 31: *“Conversar com os alunos e escutar atentamente reclamações ou sugestões; Estimular os estudantes a informar os casos; Reconhecer e valorizar as atitudes da garotada no combate ao problema; Criar com os estudantes regras de disciplina para a classe em coerência com o regimento escolar Estimular lideranças positivas entre os alunos, prevenindo futuros casos Interferir diretamente nos grupos, o quanto antes, para quebrar a dinâmica do bullying”.*

Entrevistado 32: *“Sim, fazer uma palestra em cada campus, falando sobre todas as formas de bullying”.*

Entrevistado 36: *“Palestras, brincadeiras para os alunos se interagirem entre si para que acabem com a briga entre si”.*

Entrevistado 51: *“Creio que a educação em primeiro lugar, independentemente de cor, raça, orientação sexual ou qualquer outra característica física todos nós merecemos respeitos e para ter o mesmo temos que respeitar os demais, se coloque no lugar do próximo sempre”.*

Entrevistado 70: *“Palestras, que façam com que os jovens se informem mais sobre o assunto e se sintam mais a vontade para conversar sobre ele e também informar os pais caso esteja precisando de ajuda”.*

Entrevistado 80: *“Podemos fazer campanhas... ou apenas praticar o conceito que nós mesmos definimos. Porque apenas não “vivemos”? Tudo será bem mais fácil sermos humanos. Podemos nos ajudar a sermos tudo o que queremos juntos. É só questão de respeito. Podemos sim acabar com isso de maneira fácil e prática, só colocarmos um no lugar do outro! Campanhas são viáveis e eficientes”.*

Entrevistado 108: *“Criar projetos escolares, com o objetivo de conscientizar os alunos e outras pessoas de que o bullying não é algo normal, e que pode levar pessoas a desenvolver até doenças psicológicas. Acredito que desenvolver programas e atividades fora do ambiente escolar, também seja uma boa maneira de conscientizar a sociedade em geral”.*

Entrevistado 111: *“Fazer campanhas para todos os alunos explicando como é ruim praticar o bullying”.*

Não é nossa intenção produzir, no reduzido espaço deste artigo, uma análise de discurso em profundidade das respostas dos alunos. Por isso, selecionamos apenas algumas das respostas que tocam diretamente na questão da formação de valores por meio de palestras e campanhas de conscientização nas quais as noções de diálogo e de respeito ganham destaque.

As sugestões apresentadas pelos alunos para a redução das práticas do *bullying* e do desrespeito no cotidiano escolar demonstram que eles possuem uma consciência nítida de que o problema deve ser enfrentado em termos práticos. Nesse sentido, suas propostas, mais do que o aprendizado de teorias, vão na direção da construção de formas de *vivenciar* os direitos humanos e o respeito às diferenças. É claro que o conhecimento teórico deve orientar a nossa compreensão das práticas de desrespeito e de denegação de reconhecimento intersubjetivo em todas as esferas da sociedade. O conhecimento teórico sobre as determinações do comportamento individual, assim como das relações sociais que produzem e reproduzem formas de desigualdade e de opressão social, certamente podem nos ajudar na formulação das linhas gerais de políticas educacionais e de programas para a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. No entanto, a escola não pode reduzir-se a um espaço de transmissão de conhecimentos e conteúdos puramente formais, deixando para um segundo plano a construção de experiências éticas, democráticas e propiciadoras de um aprendizado cultural de respeito às diferenças e à dignidade

constitutiva de cada pessoa. Em conformidade com essas reflexões sobre a escola, Sluhan e Raitz (2014, p. 35) apresentam a seguinte questão:

Os educadores brasileiros conseguem viver a cidadania em sala de aula, exercitando os princípios da igualdade e equidade com seus alunos? Ficam atentos para mobilizar comportamentos solidários, [considerando] que os princípios da ética e da moral são mais facilmente incorporados quando vivenciados, discutidos e refletidos no dia a dia?

A produção de uma cultura do reconhecimento intersubjetivo de identidades e diferenças no interior da escola, portanto, da dignidade constitutiva de cada pessoa, passa pelas relações complexas de ensino-aprendizagem dos direitos humanos. Tais relações, no entanto, devem ultrapassar a forma dos estudos de conteúdos disciplinares e envolver a comunidade escolar como um todo em atividades reflexivas e práticas visando à incorporação de princípios e valores de construção da cidadania. Segundo Bobbio (2004), na atualidade, mais do que justificados teoricamente, os direitos humanos necessitam ser protegidos e praticados.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E IDENTIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

Embora a linguagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos faça referência a uma universalidade a-histórica dos direitos e a uma dignidade independente de contextos sociais e históricos, sabemos bem que os Direitos Humanos são uma construção social orientada, desde a Revolução Francesa, por, pelo menos, dois processos de expansão: uma expansão geográfica, na medida em que mais países aderem e se tornam signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 10 de dezembro de 1948, e uma expansão no campo próprio do direito, uma vez que novos direitos passam a ser percebidos e são construídos como fundamentais e inerentes à dignidade própria do ser humano (BOBBIO, 2004).

A primeira expansão, a geográfica, se levada a cabo, pode nos conduzir a uma globalização dos direitos humanos, ou seja, a uma forma de universalização situada dos direitos, de maneira que, num determinado momento histórico, todas as nações do globo adotem a carta das Nações Unidas como princípio para a organização dos direitos positivos em seus próprios territórios nacionais. A segunda expansão, da construção de novos direitos, nos situa no terreno próprio das lutas sociais, onde os direitos são construídos em situações sociais conflituosas nas quais os grupos reivindicam o reconhecimento de suas singularidades e da dignidade própria que sua diferença específica representa. Entretanto, para além do otimismo permitido por essas duas formas de expansão dos direitos humanos, e para não cair numa visão simplista e linear de evolução do direito, é preciso ter em conta que, como

construção social e histórica, as conquistas do direito não se constituem como processos acabados e definitivos.

A consciência de que o direito é o resultado de uma construção social e histórica deve, portanto, nos tornar sistematicamente atentos e vigilantes para o fato de que, uma vez conquistado certo conjunto de direitos, não podemos ter a ilusão de que tal conquista seja irreversível. No processo contraditório das lutas sociais, os grupos dominantes buscam tanto impedir a conquista de novos direitos quanto desmontar aqueles que já foram conquistados e que se chocam com os seus interesses de dominação (SAES, 2000, BOBBIO, 2004). Nem sempre os contextos sociais e as conjunturas históricas favorecem a construção ou a ampliação de direitos. Na atualidade, o predomínio de ideologias neoliberais e a redução da capacidade de organização e resistência dos movimentos sociais têm funcionado como instrumento de diminuição dos possíveis choques e tensões sociais gerados pela não extensão dos direitos a todos os agrupamentos sociais. Para Saes (*Idem*), a análise do processo de construção do direito e da cidadania na sociedade capitalista torna evidente o ataque que os direitos sociais vêm sofrendo em todos os países capitalistas, sendo esse ataque, em função da reduzida capacidade de mobilização e resistência dos movimentos sociais das classes trabalhadoras, mais bem sucedido nos países capitalistas periféricos, entre eles o Brasil.

Se os direitos sociais estão sob ataque na sociedade brasileira atual, regido por lógica semelhante que já vem de longa data, os direitos que se referem à dignidade e à integridade dos indivíduos também têm sido insistentemente violados, especialmente sob a forma de manifestações de desrespeito, maus-tratos, humilhação e desprezo em relação às diferenças. Embora essas manifestações opressivas ocorram em todas as esferas da sociedade, na escola elas têm revelado um potencial de violação assustador.

Uma vez que um novo direito é positivamente declarado, como resultado das lutas de construção de direitos, cabe aos movimentos sociais produzir uma compreensão comum de que toda forma de desrespeito e descumprimento daquilo que foi formalmente instituído significa violação e afronta ao próprio direito. A igualdade formalmente instituída deve ser acionada como legitimadora da luta mesma pela sua efetivação. O momento da formalização e o da efetivação dos direitos se complementam e sem essa complementaridade não poderíamos nos situar naquilo que denominamos orgulhosamente com Estado de Direito (BOBBIO, 2004).

A construção dos Direitos Humanos, fundada nos princípios da liberdade, da igualdade fundamental de todos os seres humanos e do respeito às diferenças, pressupõe que há uma dignidade constitutiva à espécie humana e, portanto, que cada ser humano particular possui uma dignidade que lhe inerente, independentemente de suas particularidades identitárias face aos demais.

Nas sociedades não regidas pelo Estado Democrático de Direito, e nas quais formas hierarquizadas determinam as relações sociais, a dignidade é negada como um atributo de todos. A partir das relações de força que definem grupos superiores e inferiores, opressores e oprimidos, a dignidade é autoproclamada como atributo particular inerente ao extrato social dominante (BAUMAN, 2011). Em termos ideológicos, ocorre uma naturalização das relações de dominação, de modo que os dominados, - aos quais se impõem, por formas empiricamente materializadas de humilhação socialmente instituídas, a submissão e o assentimento de sua inferioridade - acabam por aceitar como constitutivas das próprias diferenças entre os seres humanos as desigualdades e as hierarquias socialmente construídas através de relações de força. Nesse sentido, a negação da dignidade dos grupos inferiorizados é o que fundamenta a dignidade dos opressores. Ao comentar essas hierarquias construídas, Bauman (2011, p. 42) afirma:

Os autoproclamados e auto estabelecidos superiores: o rico, o poderoso, o livre para a autoafirmação e capaz de se autoafirmar, aquele que reivindica o direito de ser respeitado com o direito de negar (ou refutar) aos inferiores o direito à dignidade. Para esses "inferiores", às massas, os plebeus, *hoi polloi* [a maioria], reconhecer os direitos de seus "superiores" seria equivalente a aceitar sua inferioridade e sua menor ou inexistente dignidade.

No âmbito escolar, a partir das relações intersubjetivas que estabelecem entre si - por formas de aproximação e afastamento, aceitação e recusa -, os alunos vão formando e organizando-se em distintos grupos e, nesse processo, atualizam, reelaboram e reproduzem práticas, representações, hierarquias e conflitos presentes em outras esferas da sociedade. É também sob a lógica que subjaz a esse processo que vão se constituindo as narrativas, os discursos e as práticas que modelam as formas de identificação e diferenciação e, portanto, de construção de identidades e diferenças entre os estudantes. Marcados por relações de conflito e poder, os processos interativos cotidianos no âmbito escolar, sob a influência daquilo que é socialmente valorizado e desvalorizado, vão produzindo e reproduzindo tanto identidades dignificadas quanto diferenças desvalorizadas, humilhadas, desumanizadas. As ações e palavras daqueles que discriminam denegam qualquer reconhecimento de dignidade ao discriminado, constituindo-se como uma força cujo objetivo é a submissão do diferente, levando-o ao assentimento da sua condição de inferioridade e da aceitação de formas assimétricas nas interações sociais.

Os grupos e indivíduos discriminados, entretanto, não assimilam de maneira passiva e automática as representações que lhes tentam impor os seus alçozes. Em suas experiências cotidianas, os alunos vítimas de *bullying* reagem e confrontam seus agressores. E desses confrontos podem emergir múltiplas possibilidades de construção de significados em relação às formas interativas, as ações e os discursos ali produzidos. Nesse jogo de forças que ocorre no processo de construção de

identidades e diferenças, cada grupo objetiva fixar, institucionalizar e impor aos outros suas próprias representações, práticas e valores. No entanto, para além dos contrastes identitários que separam grupos e indivíduos, no jogo de forças que há entre eles, suas capacidades de imposição e de resistência às coerções dos outros não são igualitárias. Os aspectos coercitivos e impositivos que estão presentes no processo de constituição da identidade e da diferença (BAUMAN, 2005; HALL, 2011) apontam para o fato de que estas não são o resultado de escolhas individuais livres e conscientes. As identidades e as diferenças são construídas em processos mediados por relações de poder, tanto pelos grupos de pertencimento dos indivíduos quanto pelos grupos com os quais estabelecem relações contrastivas.

Da desigualdade dos grupos que se defrontam no jogo de forças e relações de poder resultam a maior ou menor capacidade de se impor e a maior ou menor capacidade de resistência às imposições dos outros. Quanto menor a capacidade de resistir às formas de coerção dos grupos dominantes, mais facilmente tendem a se estabelecer, legitimar e naturalizar as formas de dominação e opressão socialmente constituídas.

CONCLUSÕES

Os pesquisadores educacionais têm apresentado a escola como um espaço social contraditório, destacando-se como cenário de desrespeito aos direitos básicos de cidadania e produzindo formas de intolerância, de violência física, psicológica e simbólica contra as diferenças (SILVA, SOUZA e NEIVA, 2017). Nesse sentido, o âmbito escolar não é imune às formas de produção e reprodução dos padrões de desigualdades e das formas de opressão social vigentes nos âmbitos mais gerais da sociedade. No entanto, ainda que a reprodução da injustiça social tenha se tornado cada vez mais visível no campo educacional, acreditamos que essa não é a sua vocação fundamental. No sentido contrário à injustiça e à reprodução das desigualdades, e contra todas as formas atuais de desmonte e precarização da educação pública, é também do interior do espaço escolar que se tem manifestado as vozes que gritam pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

O que aqui procuramos destacar é que, apesar das contradições existentes em seu interior - contradições que refletem aquelas existentes na estrutura mesma da sociedade brasileira -, os educadores não podem confinar-se em uma visão social conformista e afastada de projetos de transformação social. Do interior da própria escola, os educadores podem evidenciar as contradições e os conflitos que nela estão presentes, assumindo o compromisso pela transformação ao invés da reprodução. Assim, se na escola se fazem presentes formas reificadas de pensar e

agir, é também nela que, por meio da reflexão e do pensamento crítico, se desenvolve o potencial de ruptura com os preconceitos sociais e as formas de desrespeito que tem se agravado em seu cotidiano.

Num contexto social e histórico marcado pela frequência e pela intensidade com que os direitos humanos são desrespeitados, a escola precisa assumir, cada vez mais e com maior clareza, o seu papel como espaço social de construção de valores que colaborem para a promoção de uma cultura orientada para o respeito às diferenças e a defesa da dignidade de cada pessoa como sujeito de direito. Trata-se, para além de qualquer distinção de raça, crença, sexo, classe social e outras diferenças que possam emergir nas relações sociais, de assumir o compromisso com a ideia de que todo ser humano possui uma dignidade que lhe é inerente e de que é a partir dessa noção de dignidade que deve ser conduzida a luta pelo direito. Nesse sentido, a pretensão da vida digna e a sua garantia são os valores fundamentais que devem nortear todo projeto de formação cultural no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W. & GASKEL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

CALHAU, L. B. **Bullying: o que você precisa saber (identificação, prevenção e repressão)**. Niterói: Impetus, 2009.

CHALITA, Gabriel. **Bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus Editora, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MOTA, Raquel Martins Fernandes. **Violação dos direitos humanos e bullying no contexto escolar: diagnóstico e proposta de intervenção com base no empoderamento dos alunos**. Cuiabá/MT: Chamada Universal MCTI/CNPq nº 01/2016.

OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula**. Campinas/SP: Papyrus, 2015.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo: uma abordagem teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/USP, 2000.

SLUHAN, Mara Regina e RAITZ, Tânia Regina. A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (online)**, Brasília,

vol. 95, nº 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a03v95n239.pdf>. Acesso em: 08/09/2017.

SILVA, Vanessa C. G.; SOUZA, Jair Aniceto de; NEIVA, Marco A. Bulhões. **Bullying e a construção da identidade do adolescente**. Trabalho apresentado no IX Seminário Internacional - As Redes Educativas e as Tecnologias: Educação e democracia – aprenderensinar para um mundo plural e igualitário, na UERJ, entre 05 e 08 de junho de 2017.

ZANELLA, Clayton Luiz; TREVISOL, Maria Teresa Ceron. **Bullying no contexto escolar: caracterização e prevenção do fenômeno**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, vol. 5, nº 2, p. 203-210, jun./dez. 2014.

PREFACIADOR



ANTONIA PICORNELL-LUCAS - Doctora en Filosofía y Ciencias de la Educación y Graduada en Trabajo Social por la Universidad de Salamanca, es Profesora Titular de Universidad de Trabajo Social y Servicios Sociales de la Universidad de Salamanca. Ha impartido docencia en Grado y Posgrado en diferentes universidades españolas y europeas (Alemania, Bélgica, Italia, Noruega, Portugal). Ha sido investigadora visitante en centros de Chile, Ecuador y México y Profesora Visitante Extranjera en la Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Ha coordinado proyectos de investigación sobre estudios de infancia, objeto de investigación en las Tesis Doctorales dirigidas. Ha organizado y participado en numerosos congresos nacionales e internacionales y conferencias invitadas (Argentina, Chile, Uruguay, Brasil), así como en la coordinación de obras colectivas y la colaboración en revistas científicas sobre el campo objeto de su estudio. Presidenta del Comité Provincial de UNICEF en Salamanca (2014 - 2019); Fundadora y Presidenta, desde el año 2013, de la Red Iberoamericana para la Docencia e Investigación en Derechos de la Infancia [REDIdi].

SOBRE OS AUTORES



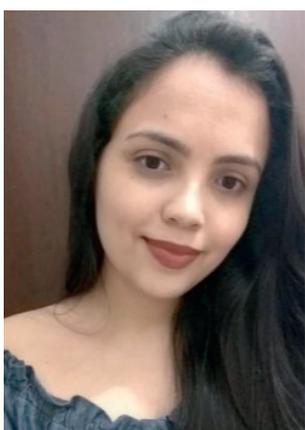
ALEXANDRE MAGALHÃES DE ARRUDA JUNIOR - Técnico em Química, pelo IFMT Campus Bela Vista. Membro do Grupo de Pesquisa em Ciências, História e Sociedade Contemporânea. Bolsista no projeto de pesquisa sobre Fontes Lipídicas e Doenças Cardiovasculares. Cursando licenciatura em Química na Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/2205894466666217>



AMANDA SILVA DE LIMA - Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Advogada - OAB/PB. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso. Dedicar-se, principalmente, ao estudo das seguintes temáticas: Relações Sociais, Vulnerabilidades Sociais e Relações de Consumo. <http://lattes.cnpq.br/4086339756582828>



ANNA BEATRIZ RODRIGUES DE AMORIM - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/7075218352860286>



CARLA CRISTINA RODRIGUES SANTOS - Graduada em pedagogia pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, possui segunda licenciatura em Letras (UNIP). Pós-graduada em Neuropsicopedagogia pela Unisserra. Pós-graduanda em Ensino de Ciências da Natureza pelo Instituto Federal de Mato Grosso. Atualmente é professora efetiva da rede estadual de Mato Grosso e da rede municipal de Campo Verde. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5572794992244227>



CAROLINA DE VASCONCELOS LOPES BORBA - Estudante do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CAROLINA GUIMARÃES SANTOS - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cursando Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de extensão pela UFMG atuando na Secretaria do Patrimônio da União (SPUMG). Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/4926490146900550>



CLEIDE ESTER DE OLIVEIRA - Doutorado em Psicologia Social, UFPB. Mestrado em Estudos da Linguagem, UFMT. Especialização em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, UFMT - DELE - Diploma Superior de Español como Lengua Extranjera (MEC - España). Graduação em Letras Licenciatura Plena - FAFICLE/SP. Habilitação em Língua Espanhola UFMT. Participa do Núcleo de Pesquisa NUPEDIA-(UFPB). Participa do grupo de pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (IFMT). <http://lattes.cnpq.br/3723791203221068>



DEGMAR FRANCISCA DOS ANJOS - Possui doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso e graduação em Letras Português e Espanhol pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente é Docente Efetivo e Diretor de Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB e docente colaborador no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino do Instituto Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/0538812567788479>



FELICÍSSIMO BOLÍVAR DA FONSECA - Doutorado em Psicologia Social (UFPB). Mestrado em Educação (UFMT). Especialização em Metodologia do Ensino Tecnológico (UFMT). Bacharel em Ciências Contábeis (UFMT). Bacharel e Licenciado em Filosofia (UFMT). Professor EBTT do IFMT-Campus Cuiabá-Bela Vista. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Cuiabá-Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/5237205467561324>



GABRIEL BELO LYRA E LIMA - Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba e Graduando em Ciência de Dados pela Universidade Cruzeiro do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa Humanidades & Sociedade Contemporânea (IFMT). Dedicase principalmente ao estudo das seguintes temáticas: Gestão de dados, análise estatística, estruturas de dados e Big Data. <http://lattes.cnpq.br/2500645651074025>



GILSON PEQUENO DA SILVA - Mestrando em Ensino Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Área de Concentração: Ensino, Currículo e Saberes Docentes, Linha de Pesquisa: Ensino de Matemática, Ciências Naturais e suas Tecnologias, possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de Cuiabá - UNIC (2002), graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2005) e Especialização em Gestão em Educação Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2006). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea GPHSC/IFMT Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/1389757071983268>



ISABEL CRISTINA SILVA - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn – IFMT/UNIC - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso / Universidade de Cuiabá. Participante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea - GPHSC.



JAIR ANICETO DE SOUZA - Bacharel e Licenciado Pleno em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Curso de Especialização em Educação a Distância pela UNIVERSIDADE PAULISTA. Mestrando do Programa de Mestrado em Ensino do IFMT - Cuiabá. Participa como pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do IFMT Campus Bela Vista. <http://lattes.cnpq.br/6024196414327047>



MARCO AURÉLIO BULHÕES NEIVA - Pós doutorando em Direitos Sociais pela Universidade de Salamanca (UNSA), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino (UMSA). Pós Graduação/Especialização em: Engenharia de Segurança do Trabalho (UFMT), Direito Público (ICE), MBA em Gestão Estratégica (UFMT). Graduado em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC), graduado em Engenharia Elétrica pela UFMT. Docente de carreira do Instituto Federal de Mato Grosso nas cátedras de Direito Ambiental, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Docente do curso de Pós Graduação/Especialização em Inovação e Empreendedorismo para Negócios Sustentáveis do IFMT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea do Instituto Federal de Mato Grosso com registro no CNPq. Advogado. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/MT. <http://lattes.cnpq.br/8540831188896258>



NATÁLIA SATHLER DE SOUZA CUNHA - Graduada em Licenciatura Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia, atua como docente nos anos finais do ensino fundamental de matemática no município de Uberlândia. Graduação em Estatística na Universidade Federal de Uberlândia. Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4233897648176488>.



NIEDJA DE FREITAS PEREIRA - Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Especialista em Geopolítica e História pelas Faculdades Integradas de Patos. Técnica em Assuntos Educacionais no IFPB. Atualmente cursa Bacharelado em Direito pela UFPB. <http://lattes.cnpq.br/9661261815829585>



PAULO ALVES DE OLIVEIRA - Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (2012). Atualmente é tae-ife - assistente em administração (pcife) do Instituto Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e sociedade, atuando principalmente no seguinte tema: educação, ensino, aprendizagem, vulnerabilidade sociais, direitos humanos e mídias sociais. <http://lattes.cnpq.br/0770327171652503>



PRISCILA VELOSO RAMOS - Bacharel em Química com Atribuições Tecnológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso. Cursando Gestão Ambiental IFMT Campus Bela Vista. Pós-graduanda em Ensino de Química e A Moderna Educação. Estudante do Grupo de Pesquisa em Humanidades e Sociedade Contemporânea (GPHSC) IFMT Campus Bela Vista. Bolsista FAPEMAT edital 45/2019 PROPES/IFMT. <http://lattes.cnpq.br/0129103463814840>



QUINTILIANO SIQUEIRA SCHRODEN NOMELINI - Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), Mestre em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras (2007), Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Uberlândia (2012) e Pós Doutorado com concentração em Séries Temporais e Multivariada no programa de Pós-Graduação em Estatística Aplicada e Biometria na Universidade Federal de Alfenas (2015). Professor Associado pela Universidade Federal de Uberlândia - Faculdade de Matemática. <http://lattes.cnpq.br/7777119607530651>



RAQUEL MARTINS FERNANDES - Pós-doutora em Psicologia Social na Universidade Federal da Paraíba e líder do Grupo de Pesquisa Humanidades e Sociedade Contemporânea. Graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. <http://lattes.cnpq.br/5856525232992306>



RODRIGO RIBEIRO DE OLIVEIRA - Possui graduação em Administração pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (2005), mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2008), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba (2012) e realizou estágio Pós Doutoral na Universidade Metodista de São Paulo (2016). Atualmente é professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). <http://lattes.cnpq.br/9456573255125999>.



VANESSA COSTA GONÇALVES SILVA - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino com Associação ampla entre a Universidade de Cuiabá (Unic) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (IFMT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1999). Com especialização em Educação a Distância pelo SENAC - MT. Servidora do Instituto Federal de Mato Grosso - Técnica Administrativa. Professora do curso de Licenciatura em Química pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/EAD). <http://lattes.cnpq.br/7046686448958045>



VERALÚCIA GUIMARÃES DE SOUZA - Graduada em Letras Português/Inglês pela UFMT, mestre em Estudos de Linguagem pela UFMT, doutora em Linguística UnB. Atualmente é professora efetiva do IFMT Campus Cuiabá Bela Vista. Pesquisadora no GPHSC. <http://lattes.cnpq.br/8258543105420805>



YURI OGAYA DE ASSUMPÇÃO - Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande e em Educação Artística. Licenciatura em Música pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professor titular no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS JUINA e no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA CAMPUS BELA VISTA. <http://lattes.cnpq.br/1297661315810527>

 **Atena**
Editora

2 0 2 0